

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.536.265 - PE (2019/0194331-9)

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
AGRAVANTE : FAZENDA NACIONAL
AGRAVANTE : COSAN LUBRIFICANTES E ESPECIALIDADES S.A.
ADVOGADOS : ANA FLÁVIA CHRISTOFOLETTI DE TOLEDO - SP228976
LUIZ FERNANDO SACHET E OUTRO(S) - SC018429
ELIAS MARQUES DE MEDEIROS NETO - SP196655
ADALBERTO DA SILVA BRAGA NETO - SP227151
GISELA CRISTINA FAGGION BARBIERI TORREZAN -
SP279975
THATHYANNY FABRÍCIA BERTACO PERIA - SP175199
MARIELA MARTINS MORGADO PACHECO - SP289202
JESSICA SANTOS GOMES DA SILVA - PE036671
JENNIFER MICHELE DOS SANTOS - SP393311
GIULIA RAFAELA CONTARINI - SP402122
ALINE LEMES PEREIRA - SP382969
FABRÍCIO SALEMA FAUSTINO - SP327976
AGRAVADO : OS MESMOS

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado pela **FAZENDA NACIONAL**, contra decisão que não admitiu recurso especial, este interposto com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, desafiando acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado (fls. 517/518):

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. TERRENO DE MARINHA TAXA DE OCUPAÇÃO. RECONHECIMENTO DO DOMÍNIO DA UNIÃO MEDIANTE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DEMARCATÓRIO. INTIMAÇÃO PESSOAL DOS INTERESSADOS IDENTIFICADOS. NOTIFICAÇÃO POR EDITAL. , VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA.

1. Recurso interposto contra sentença que, em embargos à execução fiscal, julgou procedente o pedido formulado, para declarar a inexigibilidade da dívida relativa à taxa de ocupação, no período de 2009/2012, por considerar que houve violação ao contraditório e à ampla defesa em face da ausência de intimação pessoal do interessado no processo de demarcação
2. O STJ já decidiu que a cobrança da taxa de ocupação de

terrenos da marinha deve ser antecedida de procedimento demarcatório com a notificação pessoal dos interessados, sempre que identificados e certos o domicílio dos interessados, nos termos do art. 11, do Decreto-Lei 9.760/46. Precedentes: AgRg no Ag 1.253.720/SC, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 12/3/2010; EDcl no AgRg no Resp 1.113.449/SC, Rel. Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, DJe 11/2/2010; REsp 1.111.242/SC, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 17/6/2009; REsp 617.044/SC, Rel. Ministra Denise Arruda, Primeira Turma, DJ 27/3/2006.

3. A redação do art. 11, conferida pela Lei nº 11.481/07, que havia consolidado a intimação por edital nos casos de processo demarcatório, foi, suspensa pelo STF, no julgamento da medida cautelar na ADI 4264, julgada pelo Tribunal Pleno, sob o fundamento de violação, às garantias do contraditório e da ampla defesa.

4. A exequente/embargada não logrou êxito em demonstrar que realizou a notificação pessoal do proprietário do imóvel objeto de procedimento demarcatório. Não há, no processo administrativo, cópia de aviso de recebimento, o que demonstra a ausência de tentativa de notificação postal prévia.

5. A Terceira Turma deste Tribunal tem decidido que "as normas relativas aos honorários fixam obrigação em favor, do advogado e; portanto,- implicam direito material. Considerando-se que na propositura da ação são demarcados os limites da causalidade e sucumbência, em atenção à segurança jurídica, as regras do CPC/2015, relativas aos honorários sucumbenciais, só devem incidir nos processos ajuizados após sua entrada em vigor. Em se cuidando de ação ajuizada na vigência do antigo CPC; devem ser observadas as regras nele encartadas". Precedente: (TRF5, 08011457920164058000, Des. Fed. Cid Marco.ni, 3ª Turma, Jul.: 10/02/2017). No caso, a ação foi proposta no ano de 2014 e a sentença proferida em março/2015 antes, portanto, da vigência das normas do CPC/2015.

6. Ante as peculiaridades do caso vertente e diante da simplicidade da demanda, é razoável a fixação da verba honorária em R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), adequando-se, assim, aos critérios contidos nos parágrafos 3º e 4º do art. 20 do CPC/73.

7. Remessa oficial e apelações da Fazenda Nacional e do particular não providas.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 641/648).

Nas razões do apelo especial, aponta a Fazenda Nacional a violação dos arts. 1.022, do CPC/2015; 204 e 77, do CTN; 333, I, e 739-A, do CPC/73; 1º, do Decreto 20.910/32; 11, 13 e 67 do Decreto-Lei 9.760/46; 1º e 7º, do Decreto-Lei 2.398/67; e 28 da Lei 9.784/99.

Sustenta, inicialmente: **(I)** a existência de omissão no julgado, que não teria se manifestado acerca **(I.a)** da presunção de certeza e liquidez da CDA que embasa a execução, bem como sobre **(I.b)** a tentativa de notificação pessoal, que teria restado infrutífera apenas em razão de incorreção de dados da parte contrária, desídia a ser imputada unicamente à eventual inércia da recorrida.

No mérito, aduz que: **(II)** a CDA constituída nos autos goza de presunção e certeza, razão pela qual seria impossível sua desconstituição, e que **(III)** o ônus de comprovar a ausência de notificação pessoal acerca do procedimento demarcatório em terreno da marinha seria do particular, o que não teria ocorrido no caso dos autos.

Defende, ainda, que: **(IV)** se operou a decadência da pretensão de desconstituição do procedimento demarcatório, pois em muito ultrapassado o prazo prescricional previsto na legislação de regência, bem como **(V)** não existiria "... *qualquer exigência legal determinando que o ocupante de imóvel construído em terreno de marinha deva ser notificado pessoalmente acerca do procedimento demarcatório...*" (fl. 663).

Por fim, afirma a **(VI)** legalidade da notificação editalícia em processo de demarcação de terreno da marinha, para fins de cobrança de taxa de ocupação, tendo em vista que não há qualquer prejuízo ao interessado.

Contrarrazões às fls. 705/718.

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

Verifica-se, inicialmente, não ter ocorrido ofensa ao art. 1.022, do CPC/2015, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou

ausência de prestação jurisdicional.

Ademais, no caso, o Tribunal de origem não se pronunciou sobre a matéria versada nos arts. 204 e 77, do CTN; 333, I, e 739-A, do CPC/73; 1º, do Decreto 20.910/32; 13 e 67 do Decreto-Lei 9.760/46; 1º e 7º, do Decreto-Lei 2.398/67; apesar da oposição de embargos de declaração. Nesse contexto, pois, incide o óbice da Súmula 211/STJ (*“Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo tribunal a quo”*).

Ressalte-se, por oportuno, que não há falar em contradição ao reconhecer, simultaneamente, a inexistência de negativa de prestação jurisdicional e também a ausência de prequestionamento de dispositivo legal. Isto porque a mera oposição de aclaratórios não acarreta, necessariamente, o prequestionamento pretendido pela parte, tendo em vista que a única hipótese de acolhimento do mencionado recurso é a existência de omissão, contradição ou obscuridade no julgado, o que não se vislumbra no caso dos autos.

Tampouco a ausência de prequestionamento da matéria seria, por si só, condição para que existisse o reconhecimento de negativa de prestação jurisdicional, pois não configura omissão o fato de o Tribunal **a quo** não ter emitido pronunciamento acerca de determinado dispositivo requerido pela parte, uma vez que o órgão julgador não está obrigado a se manifestar sobre questão impertinente, desnecessária para o deslinde da controvérsia ou sobre a qual não tenham sido corretamente opostos os embargos de declaração.

Neste sentido:

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DO ARTIGO 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. NÃO PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DO FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO QUE AFASTOU A PRESCRIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE EXAME DOS PRESSUPOSTOS AUTORIZADORES DA EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. ACÓRDÃO ALINHADO À JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO. APLICAÇÃO DE

MULTA.

[...]

2. A simples oposição de embargos de declaração não supre o prequestionamento e tampouco a sua rejeição implica afronta ao artigo 535 do CPC. Acrescente-se, ademais, que esta Corte não admite o prequestionamento ficto, ou seja, aquele segundo o qual, a oposição de embargos de declaração é suficiente ao suprimento do requisito do prequestionamento.

[...]

5. Agravo regimental não provido, com aplicação de multa.

(AgRg no AREsp 180.224/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 23/10/2012)

Ressalta-se, por oportuno, que "A jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça é assente no sentido de que a omissão quanto a tópico relevante para a solução da controvérsia, suscitado em momento oportuno, torna intransponível o óbice para o conhecimento do tema na via estrita do especial, visto que, ainda que se trate de matéria de ordem pública, a ausência de prequestionamento da tese inviabiliza a análise desta Corte." (**AgInt no REsp 1718459/RS**, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 11/06/2019, DJe 18/06/2019).

No mesmo sentido, confirmam-se:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO O AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INOVAÇÃO RECURSAL. QUESTÃO DE ORDEM PÚBLICA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 282 E 356 DO STF E 211 DO STJ.

1. A tese de ofensa ao art. 264 do Código de Processo Civil de 1973 não foi objeto de análise, nem sequer implicitamente, pela instância de origem. Incidência do óbice previsto nos Enunciados n. 282 e 356 das Súmulas do STF e 211 do STJ.

2. A jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que, inclusive, as matérias de ordem pública necessitam ser prequestionadas para a garantir a admissibilidade do recurso especial. Precedentes.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 671.399/RJ, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/05/2019, DJe 20/05/2019)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. INOVAÇÃO RECURSAL. INADMISSIBILIDADE. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. CONHECIMENTO DE OFÍCIO NO STJ. INVIABILIDADE. NECESSIDADE DE PREQUESTIONAMENTO.

1. Configura-se descabida inovação recursal a sugestão de teses, em Agravo Interno, não suscitadas no apelo nobre ou em suas contrarrazões.

2. Ressalta-se ainda que a justificativa de se tratar de matéria de ordem pública (legitimidade passiva ad causam) não torna possível o conhecimento da matéria nas instâncias extraordinárias, pois indispensável o prequestionamento. Precedentes do STJ.

3. Agravo Interno não conhecido.

(AgInt no REsp 1758141/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/05/2019, DJe 29/05/2019)

Como quer que seja, sobre o mérito da controvérsia, oportuna a observação da fundamentação adotada pela Corte de origem, que assim decidiu (fls. 514/515):

Por. outro lado, a jurisprudência do STJ também pacificou o entendimento no sentido de que, tendo residência certa, é necessária a notificação pessoal do proprietário do imóvel objeto de procedimento demarcatório para inscrição nas terras de marinha pela Secretaria de Patrimônio da União. Precedente: (STJ - REsp 1.230.072 - 2ª T. - Rel. Min. Mauro Campbell Marques-DJe 31.03.2011)

A redação do art. 11, conferida pela Lei nº 11.481/07, que havia consolidado a intimação por, edital nos casos de processo demarcatório, foi suspensa pelo STF, no julgamento da medida cautela na ADI 4264, julgada pelo Tribunal Pleno. Confira-se o teor do julgado:

"EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. MEDIDA CAUTELAR. ART. 11 DO DECRETO-LEI 9.760/1946, NA REDAÇÃO DADA PELA LEI 11.481/2007. VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS, DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. OCORRÊNCIA. MEDIDA CAUTELAR DEFERIDA. I - Ofende as garantias do contraditório e da

ampla defesa o convite aos interessados, por meio de edital, para subsidiar a Administração na demarcação da posição das linhas do preamar médio do ano de 1831, uma vez que o cumprimento dó devido processo, legal pressupõe a intimação pessoal. II - Medida cautelar deferida, vencido o Relator."

No caso, a exequente/embargada não logrou êxito em demonstrar que realizou a notificação pessoal do proprietário; do imóvel, objeto de procedimento demarcatório.

Na verdade, toda argumentação apresentada pela Fazenda Nacional é no sentido de justificar a impossibilidade de notificação pessoal do proprietário do imóvel e, conseqüentemente, a necessidade de intimação editalícia, o que não é admitido pela jurisprudência.

Com efeito, a sentença bem examinou a questão ao registrar que "a notificação do embargante se deu exclusivamente pela via editalícia. O documento de fl. 126 demonstra tal fato. Ademais, não há, no processo administrativo, cópia de aviso de recebimento, o que demonstra a ausência de tentativa de notificação postal prévia".

Assim no caso, prevalece o entendimento jurisprudencial de que a cobrança de taxa de ocupação ou foro de terrenos de marinha deve ser antecedida de procedimento demarcatório Com a notificação pessoal dos interessados, sempre que identificados e certo o domicílio dos interessados, nos temos do art. 11, do Decreto-Lei 9.760/46. Precedentes: AgRg no Ag 1.253.720/SC, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, Dje 12/3/2010; EDcl .no AgRg no REsp 1.113.449/SC, Rel. Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, DJe 11/2/2010; REsJD 1.111.242/SC, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 17/6/2009; REsp 617.044/SC, Rel. Ministra Denise Arruda, Primeira Turma, DJ 27/3/2006.

Note-se que a Primeira Turma desta Corte, ao apreciar **AgRg no REsp 1.526.584/RS**, em que foi trazido a debate idêntica questão, a saber, a necessidade de intimação pessoal para o chamamento dos interessados nos procedimentos demarcatórios de terreno de marinha, assim definiu os marcos temporais incidentes:

(I) aqueles realizados até 31/5/2007, deverá ter sido respeitado o disposto na redação original do art. 11 do Decreto-Lei 9.760/46, com a necessária intimação pessoal dos interessados certos e com domicílio conhecido, conforme robusta jurisprudência desta Corte;

(II) quanto aos procedimentos ocorridos no interregno entre 1/6/2007 e 27/5/2011 (respectivamente, datas de vigência da Lei nº 11.481/07 e da concessão de liminar pelo STF na **ADI 4.264/PE**, com efeitos apenas *ex nunc*), deverá ter sido respeitada a nova redação do art. 11 do Decreto Lei nº 9.760/46 (dada pelo art. 5º da Lei nº 11.481/07), que autoriza a convocação de todo e qualquer interessado por edital, conforme precedente da Segunda Turma já mencionado (**AgRg no REsp 1.504.110/RJ**);

(III) por fim, para os procedimentos demarcatórios iniciados após 27/5/2011 (data da medida cautelar concedida pelo STF na **ADI 4.264/PE**), não mais terá validade a intimação editalícia de interessado certo e com endereço conhecido.

Eis a ementa do julgado em questão:

ADMINISTRATIVO. TAXA DE OCUPAÇÃO RESULTANTE DA DEMARCAÇÃO DE TERRENO DE MARINHA. PROCESSO ADMINISTRATIVO DEMARCATÓRIO. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO PESSOAL DOS INTERESSADOS IDENTIFICADOS E COM DOMICÍLIO CERTO. ART. 11 DO DECRETO-LEI N. 9.760/46 (REDAÇÃO ANTERIOR À LEI Nº 11.481/07). CONSEQUENTE ANULAÇÃO DOS LANÇAMENTOS FISCAIS INCIDENTES SOBRE ESPECÍFICO IMÓVEL ATINGIDO POR DEMARCAÇÃO IRREGULAR.

1. Conforme jurisprudência consolidada do STJ, nos procedimentos demarcatórios de terreno de marinha promovidos sob a égide da redação original do art. 11 do Decreto Lei nº 9.760/46, os interessados identificados e com domicílio certo devem ser notificados pessoalmente, por força da garantia do contraditório e da ampla defesa.

2. No caso ora examinado, iniciado o processo demarcatório em 1973, imperioso concluir pela indispensabilidade da intimação pessoal dos recorrentes pela Administração, porquanto interessados identificados e com domicílio certo.

3. Agravo regimental a que se dá provimento, com o consequente acolhimento do recurso especial, em ordem a se reconhecer ofensa ao art. 11 do Decreto-Lei 9.760/46

(redação anterior à Lei nº 11.481/07) e, julgando-se procedente a ação, declarar a nulidade da subjacente demarcação administrativa de terrenos de marinha, relativamente ao imóvel situado na Rua Conselheiro Mafra, 108, em Florianópolis/SC, daí resultando nulos todos os lançamentos fiscais descritos na petição inicial.

(AgRg no REsp 1.526.584/RS, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, Rel. p/ Acórdão Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 18/2/2016, DJe 15/3/2016)

Tal compreensão se deu a partir do exame do disposto no art. 11 do Decreto Lei nº 9.760/46, em sua redação original (vale dizer, antes da alteração que lhe impôs o art. 5º da Lei nº 11.481/07, cuja eficácia restou liminarmente suspensa pelo STF, por intermédio da **ADI 4.264/PE**, ainda pendente de julgamento definitivo), *verbis*:

*Art. 11. Para a realização do trabalho, o S. P. U. **convidará os interessados, certos e incertos, pessoalmente ou por edital**, para que no prazo de 60 (sessenta) dias ofereçam a estudo, se assim lhes convier, plantas, documentos e outros esclarecimentos concernentes aos terrenos compreendidos no trecho demarcando.*

Frente a essa exata redação, a jurisprudência do STJ consolidou-se no sentido de que, "*por força da garantia do contraditório e da ampla defesa, a citação dos interessados no procedimento demarcatório de terrenos de marinha, sempre que identificados pela União e certo o domicílio, deverá realizar-se pessoalmente. Somente no caso de existirem interessados incertos, poderá a União valer-se da citação por edital*" (**REsp 1.146.557/SC**, Rel. Min. CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/5/2010, DJe de 9/6/2010).

Em 2007, porém, o art. 11 do Decreto Lei nº 9.760/46 teve sua redação alterada por força do art. 5º da Lei nº 11.481/2007, que excluiu do texto a possibilidade de intimação pessoal dos interessados conhecidos, passando aquele art. 11 a ostentar a seguinte enunciação:

*Art. 11. Para a realização da demarcação, a SPU convidará os interessados, **por edital**, para que no prazo de 60 (sessenta) dias ofereçam a estudo plantas, documentos e outros esclarecimentos concernentes aos terrenos compreendidos no*

trecho demarcando.

Importante ressaltar que, para o deslinde da espécie, não exerce influência a decisão liminar proferida pelo Supremo Tribunal Federal em 16/3/2011, que concedeu medida cautelar na **ADI 4.264/PE**, em acórdão assim ementado:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. MEDIDA CAUTELAR. ART. 11 DO DECRETO-LEI 9.760/1946, NA REDAÇÃO DADA PELA LEI 11.481/2007. VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. OCORRÊNCIA. MEDIDA CAUTELAR DEFERIDA.

I – Ofende as garantias do contraditório e da ampla defesa o convite aos interessados, por meio de edital, para subsidiar a Administração na demarcação da posição das linhas do preamar médio do ano de 1831, uma vez que o cumprimento do devido processo legal pressupõe a intimação pessoal.

II – Medida cautelar deferida, vencido o Relator.

(ADI 4.264 MC, Relator(a): Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Tribunal Pleno, julgado em 16/3/2011, DJe-102 DIVULG 27-5-2011 PUBLIC 30-5-2011 EMENT VOL-02532-01 PP-00034)

Tal decisão da Excelsa Corte, ainda que de natureza provisória, veio reforçar a compreensão de que a demarcação exige o convite pessoal dos interessados conhecidos e com endereço certo, estando em desconformidade com o Texto Constitucional a previsão de que a comunicação deva ser feita unicamente por edital, em toda e qualquer hipótese (como previsto pelo modificador art. 5º da Lei nº 11.481/07).

Dessa forma, imperioso concluir que, diante do efeito apenas *ex nunc* da cautelar concedida na **ADI 4.264/PE**, retorna-se à aplicação da redação original do art. 11 do Decreto-Lei 9.760/46, com a interpretação que o STJ vinha lhe imprimindo, no sentido de que não é possível afastar a intimação pessoal do interessado quando ele é conhecido.

Com essa compreensão, destacam-se os seguintes precedentes:

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. TAXA DE OCUPAÇÃO RESULTANTE DA DEMARCAÇÃO DE TERRENO DE MARINHA. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DOS

INTERESSADOS IDENTIFICADOS E COM DOMICÍLIO CERTO. REDAÇÃO ORIGINAL. ART. 11 DO DECRETO-LEI N. 9.760/46. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 83/STJ. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, in casu, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

II - É pacífico o entendimento no Superior Tribunal de Justiça segundo o qual, nos procedimentos demarcatórios de terreno de marinha promovidos sob a égide da redação original do art. 11 do Decreto-Lei n. 9.760/46, os interessados identificados e com domicílio certo devem ser notificados pessoalmente, por força da garantia do contraditório e da ampla defesa.

III - O recurso especial, interposto pelas alíneas a e/ou c do inciso III do art. 105 da Constituição da República, não merece prosperar quando o acórdão recorrido encontra-se em sintonia com a jurisprudência desta Corte, a teor da Súmula n. 83/STJ.

IV - A Agravante não apresenta, no agravo, argumentos suficientes para desconstituir a decisão recorrida.

V - Agravo Interno improvido.

(AgInt no REsp 1.416.166/RJ, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 27/6/2017, DJe 2/8/2017)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. PROCEDIMENTO DEMARCATÓRIO. TERRENOS DE MARINHA. INTERESSADO COM DOMICÍLIO CERTO. INTIMAÇÃO POR EDITAL. IMPOSSIBILIDADE. TERMO INICIAL DO PRAZO PRESCRICIONAL. PRINCÍPIO DA ACTIO NATA.

1. O Superior Tribunal de Justiça firmou a compreensão de que "o curso do prazo prescricional do direito de reclamar inicia-se somente quando o titular do direito subjetivo violado passa a conhecer o fato e a extensão de suas consequências, conforme o princípio da actio nata" (STJ, REsp 1.257.387/RS, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe de 17/09/2013), insculpido no art. 189 do Código Civil de 2002.

2. O momento em que o proprietário do imóvel toma ciência inequívoca da demarcação da linha de preamar ou de acrescidos de marinha ocorridos após 1831 (LPM/1831), por ações naturais ou artificiais, deve ser considerado como termo inicial da contagem do prazo prescricional para impugnar o

respectivo processo administrativo.

3. A jurisprudência desta Corte de Justiça, em respeito aos princípios da boa-fé e da segurança jurídica, consolidou o entendimento de que, nos procedimentos demarcatórios realizados até a publicação da Lei n. 11.481, de 31 de maio de 2007, deve-se respeitar o disposto no art. 11 do Decreto-Lei n. 9.760/1946, na sua redação original, sendo necessária a intimação pessoal dos interessados certos e com domicílio conhecido; naqueles ocorridos entre o período de vigência da Lei n. 11.481/2007 (1º de junho de 2007) até a publicação da decisão proferida pelo STF na ADIN n. 4.264/PE (DJe 25/03/2011), não há que se falar em ilegalidade da convocação dos interessados apenas por edital, e nos (procedimentos) iniciados após 27 de maio 2011, a intimação pessoal dos interessados e com endereço conhecido passou a ser novamente obrigatória.

4. Hipótese em que a parte autora não foi notificada pessoalmente para participar da nova demarcação da linha preamar média do imóvel descrito na inicial, realizada no ano de 2000, circunstância que enseja a nulidade do procedimento realizado pela Secretaria de Patrimônio da União, bem como da cobrança da taxa de ocupação e/ou laudêmio.

5. Indispensável o retorno dos autos à origem para o reexame de eventual ocorrência da prescrição, visto que o Tribunal Regional decidiu em desacordo com o entendimento desta Corte de Justiça e não há informações no acórdão recorrido sobre a data exata em que o interessado efetivamente teve ciência do processo demarcatório.

6. Agravo interno desprovido, com aplicação de multa de 1% sobre o valor da causa.

(AgInt no REsp 1.388.335/SC, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 27/6/2017, DJe 5/9/2017)

ADMINISTRATIVO. TERRENO DE MARINHA. DEMARCAÇÃO. NECESSIDADE DE PRÉVIO E REGULAR PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. INTIMAÇÃO PESSOAL DOS INTERESSADOS IDENTIFICADOS. ART. 11 DO DECRETO-LEI N. 9.760/46. REDAÇÃO ANTERIOR À ALTERAÇÃO PROMOVIDA LEI N. 11481/07. NECESSIDADE. INTERPRETAÇÃO LEGAL. PROVIMENTO CAUTELAR NA ADI 4.264, MC/PE. EFEITOS RETROATIVOS. NÃO OCORRÊNCIA.

1. Os interessados certos e identificados devem ser notificados pessoalmente para participarem da demarcação de terrenos da

marinha instaurados anteriormente à modificação do art. 11 do Decreto-Lei n. 9.760/46 dada pela Lei n. 11.481/07. Precedentes. REsp 1.345.646/SC, Rel. Min. Og Fernandes, Segunda Turma, DJe 17/12/2014; AgRg nos EDcl no REsp 1.485.685/SC, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 05/08/2015.

2. Preservam-se as notificações por edital de interessados certos realizadas entre o início da vigência da Lei n. 11.484/07 - 31/05/2007 - e a data de provimento da cautelar na ADI 4264/PE - 30/05/2011 -, ante o efeito ex nunc da cautela proferida em processo objetivo de controle de constitucionalidade (art. 11, § 1º, da Lei n. 9.868/99).

3. Solução do caso que demanda a aplicação do art. 11 do Decreto-Lei n. 9.760/46 a fato ocorrido durante sua vigência, havendo mera relação de contingência entre a solução adotada e os efeitos decorrentes do provimento cautelar na ADI 4264/PE.

4. A notificação editalícia, quando possível a via pessoal, não passa pelo critério de adequação entre meio e fim - ainda que a lei admita a liberdade de escolha à Administração, de modo que o Judiciário deve acolher a ação de excesso de poder (excès de pouvoir) quando em jogo a afronta a direito fundamental.

5. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no REsp 1.504.110/RJ, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 22/9/2015, DJe 14/10/2015)

Na hipótese dos autos, realizado o processo demarcatório sob a égide da redação original do art. 11 do Decreto-Lei 9.760/46, indispensável a intimação pessoal dos interessados, conforme demonstra a robusta jurisprudência desta Corte, ficando caracterizada, portanto, a nulidade do processo demarcatório.

ANTE O EXPOSTO, nego provimento ao agravo.

Publique-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator